

SOARES: JANTAR DE NATAL COM ALUNOS DA CASA PIA DEPOIS DA VISITA A DUAS PRISÕES

O Primeiro-Ministro, Mário Soares, acompanhado da esposa e do Sub-Secretário de Estado da Comunicação Social, Soares Louro, visitou na noite de Natal as instalações da Casa Pia de Lisboa — Secção Nuno Álvares Pereira.

Após ter confraternizado e jantado naquela instituição, Mário Soares dirigiu breves palavras aos jovens presentes, sublinhando o valor da obra de assistência da Casa Pia e a estima que nutre pela juventude, na esperança do nosso País.

Durante o dia, Mário Soares, acompanhado, além das pessoas já referidas, pelo ministro da Justiça, Almeida Santos, e secretário de Estado da mesma pasta, Santos Pais, e director dos Serviços Prisionais, Carlos Meira, visitou as prisões de Linho e de Tires.

Na cadeia de Linho, onde estão 287 reclusos, falando aos jornalistas, Mário Soares acrescentou que se encontram ali sobretudo jovens, irrequietos, que nos receberam com muita simpatia e cordialidade, com a expressão natural dos jovens, enquanto a prisão de Tires é extremamente calma e bem ordenada. Eu penso que ambas estão a ser dirigidas com muita eficácia, bom senso e humanidade, isso é importante. Mário Soares acrescentou que não vinha fazer nenhuma visita de inspecção. «Eu vim aqui num dia especial, que é o Dia de Natal, para dar uma palavra de conforto às pessoas que aqui estão, e lembrando que também já estive na cadeia no Natal. Sei que é difícil neste dia, particularmente para os presos».

Em Tires, Mário Soares manteve diálogo com as detidas, dizendo-lhes que fora ali opa-

ra desejar-lhes um feliz Natal e informar das condições em que as senhoras estão. Estivemos há pouco na cadeia dos homens de Linho e viemos agora aqui cumprimentá-las e dizer-lhes uma palavra de esperança. As senhoras estão em condições más e eu estou particularmente bem colocado para saber o que é estar preso, porque já o estive várias vezes, embora por razões diferentes das vossas e sei que é sempre duro estar preso, particularmente no dia de Natal. Também estive preso durante um dia de Natal. Portanto vim aqui dizer que atrás do tempo vem outro tempo melhor e que há sempre um motivo para esperança».

Logo depois, o Primeiro-Ministro visitou a creche, a enfermaria, cozinha e a sala de artesanato da prisão de Tires.

Quando a uma possível amnistia, Mário Soares disse:

«Há pouco tempo tivemos uma amnistia, mas as amnistias não resolvem coisa nenhuma, antes pelo contrário, podem complicar. A última amnistia que tivemos, aliás, não foi muito extensa em matéria de criminalidade, visto que foi mais uma amnistia política, porque pensamos que em determinada altura houve um surto de criminalidade em Portugal que é preciso combater. É preciso atacar as causas muito mais que os efeitos. Mas também temos de conter os efeitos para justamente defender a população portuguesa. Sob este aspecto, não obstante o facto de nos termos uma grande humanidade em relação aqueles que estão presos, a minorar as condições dos que estão presos, nós queremos defender a sociedade contra o crime».

MORREU EM LISBOA D. DUARTE NUNO DE BRAGANÇA

Na sexta-feira, pelas 6 e 15 da manhã, faleceu, no hospital da C. U. F., em Lisboa, onde se encontrava internado, o Duque de Bragança, D. Duarte Nuno, herdeiro dos reis de Portugal.

Junto do duque, que era viúvo, encontrava-se o seu filho mais velho, D. Duarte, Príncipe da Beira — indicaram à Anop pessoas chegadas à família.

D. Duarte Nuno, que era neto de D. Miguel I e pretendente ao trono de Portugal, foi vítima de doença não determinada, tendo estado quatro dias hospitalizado em Portimão e vinte dias no Hospital da C. U. F. Nascido em Seebenstein (Austria), a 23 de Setembro de 1907, formou-se em Agronomia pela Universidade de Toulouse, na França, tornando-se titular do Ducado de Bra-

gança em 1927, por morte do Pai.

Sucedo-lhe, como duque de Bragança e pretendente ao trono, o filho mais velho, Duarte Pios de Bragança, Príncipe da Beira.

Antes de morrer, o duque pediu para ser autopsiado, «a bem da ciência médica, para se determinar a doença de que faleceu» — informou à Anop Miguel de Bragança, outro dos filhos.

O funeral, segundo informou à mesma agência um dos familiares de D. Duarte Nuno, efectua-se, amanhã, antecedido de missa de corpo presente, na Sé de Lisboa, às 10 horas, seguindo o cortejo fúnebre para Vila Viçosa.

Entretanto, a partir das 21 horas de hoje decorre uma velada na Sé.

Vasco Lourenço no «Baluarte»:

É ANSEIO DAS FORÇAS ARMADAS SUBORDINAREM-SE AO PODER POLÍTICO

«A instituição militar está empenhada num esforço de reestruturação profunda de adaptação ao regime democrático e às novas responsabilidades de defesa que lhe competem no campo interno e externo, e do qual sairão as novas Forças Armadas dignas e eficientes, orgulho da Nação e de quem nelas servir, materialização da vocação militar primeira do 25 de Abril» — escreve o general Vasco Lourenço no último número da revista «Baluarte» da Região Militar de Lisboa, num artigo sob o título «M. F. A.: em defesa dos ideais de Abril».

«Queremos ser Forças Armadas deste País e não construir um País, para estas Forças Armadas — afirma Vasco Lourenço. E mais adiante: «É neste sentido que é anseio das Forças Armadas, findo o actual período de transição, subordinarem-se ao poder político legitimamente constituído, de acordo com a Constituição».

Referindo-se aos ataques de que têm sido alvo os «militares», coerentemente, sempre se mantiveram fiéis ao espírito do 25 de Abril, o governador militar de Lisboa escreve: «Ataques que utilizam conclusões falsas, como se de dogmas se tratassem, para melhor obter os seus desígnios. Diz-se defender a Constituição mas renega-se o M. F. A., nela consagrado. Confunde-se o todo com uma pequena parte e esquece-se que foi precisamente o M. F. A. que fez o 25 de Abril de 1974, bem como a continuação do 25 de Novembro. Tenta olvidar-se a resultante altamente valiosa destes últimos dois anos e meio e apontam-se apenas os erros cometidos».

E, por último: «A instituição militar no seu conjunto, e os militares individualmente, devem pois estar atentos e proceder por forma a evitar que a instabilidade militar fomentada impeça a recuperação económica essencial à institucionalização democrática e à própria independência nacional».

Neste mesmo número do «Baluarte» assinam ainda artigos o major Vítor Alves, sobre a conferência de Bandung e o capitão Santa Clara Gomes reportando-se ao tema «Os militares e a Imprensa». No editorial, com o título «Tempo de Balança», os responsáveis pela revista interrogam-se quanto ao seu futuro escrevendo «Terminado que está um ano de trabalho quais os nossos pro-

jectos para o futuro próximo. Não nos compete a nós responder, aguardamos a resposta de quem de direito».

Registe-se, a título informativo, que a publicação do «Baluarte» como revista de uma região militar tem sofrido inúmeras críticas em determinados meios militares, fazendo-se referência aos seus elevados custos e diminuta tiragem.

COMEÇOU EM LISBOA O CONGRESSO DO M. R. P. P.

Cerca de 800 delegados de todo o País participam no Congresso Nacional do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (M. R. P. P.), que se iniciou ontem, de manhã, nas instalações da Voz do Operário.

O objectivo principal desta reunião magna dos militantes do M. R. P. P. é a transformação desta organização política no Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses (P. C. T. P.).

Falando aos representantes dos órgãos da Informação, segundo a Anop, os membros da Comissão de Imprensa do MRPP salientaram a importância da data de abertura do Congresso (o dia do nascimento de Mao Tsé-Tung), frisando que ele se realiza «num período de aguda luta de classes». Puseram em relevo, igualmente, que este Congresso, em que será fundado o PCTP «culminará um período histórico da máxima importância para a classe operária e para todo o povo — o período da luta pela fundação do Partido do Proletariado».

No Congresso, 700 dos delegados têm direito a voto, apresentando todos os núcleos e organizações do movimento no País. Participam ainda 200 convidados, alguns em representação de organizações democráticas e antifascistas nacionais e estrangeiras.

A agenda dos trabalhos inclui, além da discussão e aprovação do programa e estatutos do novo partido, o debate dos relatórios político e da organização do Comité Cen-

tral do MRPP, elaborados pelo seu secretário-geral, Arnaldo Matos.

Nos trabalhos de ontem de manhã foram eleitas as comissões de verificação de poderes e de redacção.

O Congresso terminará amanhã, com uma sessão solene na Feira Internacional de Lisboa (FIL), que será precedida da eleição do Comité Central do novo PCTP.

ELEITO O «PRESIDIUM»

Esta manhã Carlos Santos, do «comité» central, deu uma conferência de imprensa para informar sobre o andamento dos trabalhos do Congresso. Aquele dirigente do M. R. P. P. aludiu à alegação de abertura, lida por Arnaldo de Matos aos participantes no Congresso, na qual se declarou que este «constitui um acontecimento histórico de transcendente importância para a classe operária, para o povo e para a revolução portuguesa» e divulgou os nomes eleitos para o «presidium»: Fernando Rosas, Francisco Baptista, Danilo Matos, José Romão e Agostinho Gouveia.

Também ontem à tarde foi lido o relatório político e de organização do «comité» central, de que se encarregou Arnaldo de Matos, secretário-geral. Esta manhã prosseguiram ainda os debates sobre este relatório, cuja leitura demorou cerca de três horas e no qual se faz um balanço da luta conduzida pelo M. R. P. P. durante seis anos, pela fundação do autêntico Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses.

Durante a tarde de hoje prevê-se a discussão do projecto de estatutos do P. C. T. P. e das teses sobre a Imprensa do partido.

APURAMENTO ELEITORAL E APRESENTAÇÃO DE RECURSOS

O Secretariado Técnico dos Assuntos Políticos e Eleitorais do Ministério da Administração Interna, tornou público que, na maior parte dos municípios, terminaram já as operações de apuramento geral.

Se no decurso da votação, apuramento parcial ou geral, ocorrerem quaisquer irregularidades que foram objecto de reclamação, protesto ou contraprotesto no acto em que se verificaram, estas poderão ser apreciadas em recurso contencioso interposto para o Tribunal da Relação correspondente ao distrito judicial a que pertence o município. Este recurso deverá ser interposto nas 48 horas seguintes à afixação, à porta do edifício da Câmara Municipal, do edital com os

resultados de apuramento geral.

O tribunal deverá decidir, em plenário, no prazo de 48 horas, comunicando imediatamente a decisão ao governador civil e à Comissão Nacional das Eleições.

Informam-se também as pessoas ou entidades eventualmente interessadas, na consulta ou aquisição de documentação (bandas magnéticas ou mapas fotocopados) sobre os resultados provisórios das eleições para os órgãos das autarquias locais, que poderão dirigir-se ou dirigir os seus pedidos aos Secretários Técnico dos Assuntos Políticos e Eleitorais (S. T. A. P. E.) do Ministério da Administração Interna, Praça do Comércio, a partir do dia 29 do corrente mês.

publicidade

ANDARES

Com 2, 3, 4, 5 e 7 casas ass. Novas, bons acabamentos, nas melhores condições. Desde 150 contos. PINACULO — Av. das Descobertas, lote 1512 (Restelo).

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa

ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA CONTINUAÇÃO

Nos termos da alínea c) do artigo 12.º dos Estatutos convoco todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos para uma Assembleia Geral Ordinária (continuação) a realizar no próximo dia 27-12-76, pelas 22 horas, no Pavilhão dos Desportos com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único: Discussão e votação do Orçamento para o ano de 1977.

Notas: 1. — A apresentação do cartão de sócio, ou de qualquer documento identificativo é essencial para a entrada na Assembleia.

2. — Nos termos do artigo 18.º dos Estatutos esta Assembleia terá início às 22 horas com a maioria dos sócios ou 30 minutos depois com qualquer número.

Lisboa, 13-12-76

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
José Luis Pacheco Gaspar

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA CONTINUAÇÃO

Nos termos da alínea c) do n.º 5 do artigo 13.º dos Estatutos convoco todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos para uma Assembleia Geral Extraordinária (continuação) a realizar no próximo dia 27-12-76, pelas 20 horas, no Pavilhão dos Desportos, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único: Discussão e votação do Orçamento para o ano de 1976.

Notas: 1. — A apresentação do cartão de sócio, ou de qualquer documento identificativo é essencial para a entrada na Assembleia.

2. — Nos termos do artigo 18.º dos Estatutos esta Assembleia terá início às 20 horas com a maioria dos sócios ou 30 minutos depois com qualquer número.

Lisboa, 13-12-76.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
José Luis Pacheco Gaspar